

Cristovam diz que há poucas vagas

ANA CRISTINA VILELA

O governador Cristovam Buarque afirmou ontem que não obrigará ninguém a ir para a nova sede da Feira do Paraguai. "Sairá quem quiser", disse. Mas lembrou que o número de vagas é limitado. Buarque conseguiu uma forma de pressionar os vendedores ao enfatizar que "os espaços que sobram serão repassados legalmente para vendedores que se interessarem". Ou seja, quem não for para a área próxima à Central de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa) também não permanecerá no estacionamento do Estádio Mané Garrincha e, simplesmente, ficará sem lugar.

Irônico, o governador questionou: "Quero saber para onde os deputados vão levar os ambulantes?", reafirmando a posição favorável do GDF à mudança da localização da feira. Ele fez questão de dizer que "mais cedo ou mais tarde

todos sairão do estacionamento, que é patrimônio público". Novamente ironizou: "Será que os deputados irão indenizá-los?".

O administrador do Guará, Alírio Neto, reforçou a posição de Cristovam e informou que, apenas na região, já existem cerca de 1.500 pessoas na fila para conseguir um espaço na nova área. De acordo com ele, primeiro será dada preferência para os vendedores da Feira do Paraguai e para os que se encontram na orla da feira, além de outros ambulantes que aguardavam espaço definitivo.

Porém, continuou Alírio Neto, "não iremos arrastar ninguém para lá à força, mas o espaço que sobrar será repassado para outros". A área total da próxima sede da feira, que poderá ter o nome mudado, segundo o administrador do Guará, é de 70 mil metros quadrados. Deste total, 15 mil metros quadrados serão destinados para uso provisório, enquanto no restante será feita a sede

definitiva, a ser construída pelos próprios vendedores.

Ao todo serão aproximadamente dois mil boxes, sendo que o metro quadrado será vendido a R\$ 6,00, a serem pagos à Ceasa. Alírio Neto explicou que será feito um contrato renovável de permissão de uso por cinco anos e que haverá no local uma equipe de plantão que viabilizará o alvará de funcionamento. Também será preciso pagar taxas para registrar a "empresa" na Administração Regional. Taxas de água, luz, limpeza e vigilância também caberão aos comerciantes.

As obras serão concluídas no prazo de 15 dias. "Estamos apressando o máximo possível. Quem não quiser se mudar, com certeza não será por falta de espaço", enfatizou. Em relação à fiscalização, o governador disse que o GDF poderá ajudar a Receita Federal, caso ela peça.